

A COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO COMO EXPERIMENTO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL, 1946-1950.

DILMA ANDRADE DE PAULA*

Desenvolvimento como hegemonia: breve apresentação do problema

Após a Segunda Guerra Mundial emergiram as políticas desenvolvimentistas, por meio do ideário do planejamento e intervenção estatal, aplicado em locais e tempos diversos. Pensamentos e práticas oriundos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, criada em 1948, foram fundamentais na elaboração de políticas públicas para *nuestras tierras* americanas. Tais políticas emergiram acompanhadas de uma matriz discursiva e práticas políticas correlatas voltadas às *necessidades* do desenvolvimento, com a justificativa sempre presente de que essas práticas políticas visavam a superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Além disso, no âmbito internacional, em plena Guerra Fria, o ideário desenvolvimentista era o instrumento adequado para neutralizar possíveis influências do mundo comunista: “o desenvolvimento era etnocêntrico e tecnocrático em sua abordagem, tratando pessoas e culturas a partir de conceitos abstratos e dados estatísticos para mover-se para cima e para baixo nos mapas do progresso.” (MENDONÇA, 2007:91)

O ideário desenvolvimentista visava atacar os principais problemas nacionais, os “gargalos” no crescimento econômico, eliminando o estágio de “subdesenvolvimento”. No Brasil, alguns dos problemas detectados por intelectuais de variadas filiações ideológicas, foram a baixa produção e estruturas precárias dos setores de energia e transportes. Ademais, o país, em fase progressiva de industrialização e urbanização, começava a sentir os efeitos das migrações internas e a concentração populacional no Sudeste. Quando as migrações apareceram como “problema” uma série de medidas planejadoras já estavam sendo ensaiadas. Por exemplo, em 1945 foi criado o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e, em 1948, foram criadas a CVSF –

* Professora Associada do Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2000)

Comissão do Vale do São Francisco e a CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco, ambas, em teoria, visando ao desenvolvimento regional e industrial.

Vários movimentos de frações de classes dominantes se entrecruzam e se chocam nesse processo rumo ao suposto desenvolvimento, fazendo com que tais grupos redefinam seus espaços políticos e econômicos de atuação e angariem novas composições de poder. No caso específico da Comissão do Vale do São Francisco, objeto deste estudo, é possível entrever o que, quem e como se planejava o desenvolvimento da vasta e diferenciada extensão do Vale do rio São Francisco, sobretudo pela longa discussão empreendida no Congresso Nacional, no âmbito de comissões internas, com um notável predomínio de representantes de grupos baianos e mineiros, que acabaram por imprimir as principais diretrizes nos trabalhos futuros dessa Comissão. A CVSF foi um intento de cunho reformista, deixando intacta a estrutura agrária, visando criar alguns eixos de expansão econômica e algumas melhorias no campo da saúde e educação, contando com a colaboração de agências internacionais de pesquisa e fomento e claramente inspirada no exemplo da TVA – Tennessee Valley Authority, experimento de planejamento durante os anos 1930, durante o *New Deal* do governo F. D. Roosevelt. Segundo Albert Hirschmann, o “modelo TVA” era uma recorrência em projetos de desenvolvimento de recursos fluviais em países diversos, inclusive no próprio rio São Francisco, no Brasil. Para o autor: “para ser aceitável, ao que parece, o projeto deve ser amiúde apresentado sob a forma de réplica perfeita de algo já existente e empreendimento coroado de êxito no país avançado” (1969:33). Divisa-se, então, por meio da experiência da CVSF, um dos mais importantes empreendimentos dessa época que pode ser entendido como frente de expansão do capital e integração de novas áreas ao processo capitalista em curso, além de foco aglutinador e formador de “técnicos” e de pesquisas de cunho regional que fornecerão subsídios para a expansão estatal mais claramente desenvolvimentista do pós-1950.¹ Este trabalho busca focalizar os fundamentos iniciais da CVSF, tanto aqueles de

¹ Sobre o auge do desenvolvimentismo, nos anos 1950, segundo a economista Tânia Bacelar de Araújo, especialista no desenvolvimento regional, tendo trabalhado 30 anos na agência planejada e criada por Celso Furtado em 1958, a SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste: “tivemos um Estado desenvolvimentista mas conservador, pois todo esse processo [de expansão e investimentos produtivos] se realizou em bases muito excludentes. Esse mesmo Estado não fez a reforma agrária e a revolução educacional, nem enfrentou as demais questões sociais. Mas sua ação empurrava a economia, que era dinâmica e estava em processo de expansão”(ARAÚJO,1998:168)

inspiração teórica, quanto os de aglutinação de frações de classes. Iniciemos, então, por esta última questão.

De um lado, percebe-se o movimento das chamadas “oligarquias nordestinas” que, ao deslocarem a tradicional oligarquia paulista do centro do poder, com o golpe de 1930, começaram também a reivindicar políticas setoriais por meio do reconhecimento, por exemplo, do Nordeste como região “problema”. As reivindicações de plantadores e usineiros – em consonância com setores produtores do Sudeste – foram materializadas na criação do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), que surgiu para controlar a produção, o comércio, a exportação e os preços do açúcar e do álcool de cana (SANDRONI, 1994:163) e, principalmente, segundo Araújo:

(...) já que o Estado Nacional tinha feito a política de valorização do café, o Nordeste exigiu a defesa de seu açúcar, menos competitivo. A oligarquia sertaneja, por sua vez, conquistou a “política hidráulica”. Isso se exacerbou no período de Juscelino Kubitschek, pois a indústria pesada vem para São Paulo, aumentando o desequilíbrio regional (ARAÚJO, 1998:164)

Ainda no espaço da sociedade política, as “oligarquias sertanejas” fizeram valer seus interesses no momento das novas redefinições políticas proporcionadas pela Constituinte de 1946, principalmente na chamada “política hidráulica”, que se materializou também na CVSF. Como resultado final dos debates e embates políticos travados no âmbito da Constituinte, tem-se o artigo 198 das Disposições Gerais da Constituição de 1946: “Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca [sic] do Nordeste, a União despenderá, anualmente, com as obras e serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a 3 por cento de sua renda federal” (Apud: DÓRIA, 2000:250). Tendo sido contemplados alguns setores da classe dominante, permanecendo intocada a estrutura agrária, cresceram as reivindicações por reforma agrária, no geral, capitaneadas pelo então Partido Comunista e por intelectuais mais afinados com o ideário comunista, transformando o “latifúndio” em sujeito e em objeto de reflexão crítica sistemática.² Segundo Dória: “a seqüência das secas de 1951, 1952, 1953 e 1956 foi aguçando as discussões nacionais sobre os remédios inócuos para a miséria sertaneja” (Id.:254).

Forjando o “modelo” capitalista brasileiro em sua ponta mais dinâmica, no Centro-Sul, frações burguesas também se organizavam e se fortaleciam, desde antes do Golpe de 1930,

² Dentre eles: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr e Nelson Werneck Sodré.

com a criação da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928. Sonia Mendonça destaca a controvérsia nas Ciências Sociais sobre o efetivo papel desempenhado (ou não) pela burguesia no processo econômico pós-30, considerando que é possível identificar a formação de três frentes de atuação empresarial, longe de um ideal de debilidade que às vezes lhe é atribuída: 1) a luta pela participação efetiva no aparelho de Estado; 2) a construção de um discurso próprio que igualasse os empresários com as demais classes produtoras e 3) a elaboração de um verdadeiro programa industrialista. Segundo Mendonça:

o Estado, tendo multiplicado seu número de agências, institutos, conselhos e autarquias, propiciava a canalização, diretamente para o seu interior, das demandas dos distintos setores sociais, administrando, dessa forma, os conflitos potencialmente existentes entre eles (1985:19).

Analisar a emergência e consolidação do ideário de industrialização e de desenvolvimento requer, então, que se considere a diversidade de interesses tanto nas frações de classe agrárias quanto urbanas, na sua historicidade. É possível identificar que, aos poucos, a fração burguesa construiu um projeto político, ainda que não homogêneo associando industrialização com desenvolvimento, que foi se estendendo às demais classes sociais enquanto interesse geral. Arthur de Aquino faz uma boa análise da construção dessa hegemonia pela burguesia, a partir dos aportes teóricos de Antônio Gramsci, identificando uma oposição entre desenvolvimentismo e liberalismo nos anos 1940-1950, sobretudo por meio da chamada “controvérsia” entre os industriais Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. O primeiro, construindo e defendendo princípios desenvolvimentistas, mostrava também adesão ao corporativismo, tão caro aos fundamentos do Estado Novo varguista. O segundo, radical defensor do livre mercado, se posicionou contra medidas de crescimento industrial que provocassem inflação e estagnação.

Aquino considera tanto Simonsen quanto Gudin intelectuais orgânicos portadores de interesses de setores de classe que foram construídos e disputados em esferas diversas, em congressos, faculdades, palestras, associações de classe etc. Ambos, em suas respectivas trincheiras no campo da ciência econômica: Gudin, liderando o núcleo recém-criado de economia da Fundação Getúlio Vargas e Simonsen, também fundador e primeiro professor de História Econômica do Brasil na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Assim:

Duas explicações muito distintas (a “naturalista” de Gudin versus a “historicista” de Simonsen) porque corroboram com projetos políticos distintos: o projeto industrialista de nação em Simonsen, ligado à doutrina do corporativismo de Manóiesco; e a ‘democracia econômica’

shumpeteriana defendida por Gudin e os liberais. O I Congresso Brasileiro de Economia consistiu tanto no palco dessa controvérsia quanto mesmo no locus de formulação do projeto industrialista. (AQUINO, 2010:183)

Para Aquino, ambos os autores defendiam o desenvolvimento de pesquisas diagnósticas da economia brasileira – perspectiva que foi reforçada no I Congresso de Economia, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1943 –, evento definidor dessa discussão. Analisando as teses em disputa no Congresso, reflexos da citada “controvérsia”, Aquino conclui que, graças a algumas manobras, a proposta de Simonsen foi vencedora, favorecendo que, nos anos 1950/1960, a industrialização se tornasse um “valor” sendo identificada ao desenvolvimento, “impondo uma vontade universal ao conjunto da sociedade, o que no início era uma aspiração de classe.” (Id.:187-188)

De toda a interessante análise de Aquino, que contribui para mostrar as cisões e discontinuidades no projeto desenvolvimentista/industrialista até que se imponha como verdade e como política de Estado, podemos trazer, ainda, seus aportes acerca do já citado I Congresso de Economia e suas recomendações ao governo brasileiro, que têm a ver com a criação da CVSF e as obras planejadas para o Vale do São Francisco: a) a proximidade com os EUA, mantendo relações de parceria e investimentos em programas de desenvolvimento; b) difusão do taylorismo na cadeia produtiva nacional; c) planejamento de uma colonização do *hinterland* pautada em estudos de “geografia industrial”; d) reforço da necessidade de políticas públicas como SENAI, SESI, difusão do ensino público, e de uma rede ampla de bem-estar e saúde, dentre outros pontos. (Id:185)

É possível notar em alguns setores no Brasil, nos anos 1930-1940, uma vinculação mais expressiva da tecnologia com os mecanismos de planejamento, crescimento industrial e econômico, destacando-se e renovando-se o papel da engenharia, já tão importante no ideário industrialista do século XIX. Veja-se, por exemplo, a inspiração da CVSF na TVA norte-americana. Mapeando vários discursos, textos e atuações de Simonsen, Fábio Maza identifica de que forma Simonsen compreendia o papel da tecnologia e de sua natureza. Cita, como um dos exemplos, um discurso para formandos de Engenharia, em 1942:

Simonsen argumenta que, sob a ação da tecnologia, se reduzem “constantemente os custos da produção” e se reajustariam “os processos de fabricação”. Estas palavras ganham significado especial à medida que seu

discurso é nominado como “A era do engenheiro”. Como o incremento tecnológico era “inexorável” nos tempos da indústria moderna, seriam os engenheiros que estariam à frente desse processo. (MAZA,2004: 83)

Podemos perceber, por essa análise, conjugada com a de Aquino (que também discute o trabalho de Maza sobre Simonsen), que se encontrava em curso um processo conjunto de industrialização e de hegemonia da tecnologia e da racionalização, incorporados aos conceitos de planejamento/desenvolvimento e aplicadas não somente ao mundo da produção industrial, mas que seguia extrapolando para todo o conjunto da vida social. É possível entender, dessa maneira, o primado do campo da engenharia e dos engenheiros como “intelectuais orgânicos”³ na construção de um novo modo de vida. Como ressalta Maza, a partir de Simonsen:

a técnica que produz o ‘progresso material’ desenvolve o ‘progresso moral’. Nos dois casos, a tecnologia é pensada como controle das forças cegas, umas, da natureza e, outras, do social. A maquinação da produção alcança os ditames da moral. Esta reproduz no interior da sociedade os mesmos procedimentos de ‘controle e utilização’ dos mecanismos físicos da produção. (Id.: 83)

A eficiência na produção e a organização científica do trabalho teriam um papel neutralizante no conflito político e na luta de classes: “após a greve de 1917, que contou com a paralisação da construtora de Santos, Simonsen passa a tratar a questão da eficiência como forma de contenção do movimento operário.” (Id.:94). Podemos perceber essa concepção de tecnologia e de racionalidade como instrumento na luta de classes. Esse é um importante amálgama do ideário de planejamento que foi construído conjuntamente com o processo industrial e também na perspectiva do desenvolvimento regional, fortalecido a partir dos anos 1930, fazendo parte dos discursos políticos, dos planos de governo, das estratégias de controle social, das utopias urbanas e rurais que desenharam presente e futuro, reelaborando o passado, adotando medidas paliativas para não se enfrentar as contradições do modelo brasileiro. Podemos inferir que houve permanências e reelaborações de questões relativas ao planejamento, que foram utilizadas pelos órgãos e agentes governamentais como instrumentos para amenizar problemas sociais, ao mesmo tempo em que atualizavam e incrementavam mecanismos de acumulação de capital. Portanto, esse ideário de planejamento teve uma continuidade em toda a primeira metade do século XX brasileiro, embora com oscilações. O ideário industrialista/desenvolvimentista/planejador era tecido em embates por meio, inclusive, de comissões legislativas. É o caso que veremos a seguir.

³ Segundo Gramsci “seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2001:18-19).

A experiência da CVSF

A Comissão do Vale do São Francisco foi criada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 1948, operando a partir do final de 1949, com destinação de verba inicial de custeio e contratação de pessoal técnico, para orientar e fiscalizar obras “emergenciais”⁴. A sua composição de poder e seu funcionamento foi, todavia, tecida nos debates internos da Câmara, com um claro predomínio do parlamentar baiano Manuel Novais, que imprimiu dinâmicas prévias à comissão e indicou o nome do presidente da CVSF, Paulo Peltier de Queiroz, baiano e com trajetória na direção do DNOCS.⁵

O Plano da CVSF⁶, encaminhado ao Congresso Nacional em 1950, era composto de 21 capítulos contendo estudos, propostas e programas de obras relativas à regularização do regime fluvial do rio São Francisco, melhoria dos transportes e comunicações, construção de centrais e usinas hidrelétricas e redes de transmissão, irrigação, saneamento urbano e rural, saúde pública, fomento da produção agrícola, pesquisa sobre aproveitamento de recursos minerais, reflorestamento e incremento da imigração e colonização.

É possível inferir a amplitude desse planejamento pela própria extensão da chamada “Bacia Hidrográfica do São Francisco”, que tem cerca de 640 mil km² - abrangendo atualmente porções dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás e estreita faixa do Distrito Federal. Vale dizer, então, que supostamente abrangeria realidades políticas, econômicas, sociais e culturais profundamente diferenciadas. O único elo de ligação era, de fato, o rio, na sua vasta extensão e, evidentemente, os interesses sociais nele plasmados.

No sítio virtual da atual Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, encontram-se as seguintes informações acerca do histórico dessa agência governamental, atualmente com atuação infinitamente reduzida em relação ao momento de sua criação, mas ainda responsável pela execução da chamada “transposição” do São Francisco: “A história da Codevasf está associada à importância do rio São Francisco no âmbito do crescimento social e econômico brasileiro”.⁷ Para que se tenha uma visão geral da evolução institucional da agência, a CVSF atuou durante os 20 anos previstos e foi sucedida, em 28 de fevereiro de 1967, por meio do Decreto-Lei nº 292, pela Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, autarquia vinculada ao então Ministério do Interior. Em 16 de julho de 1974, para suceder a SUVALE, foi instituída pela

⁴ As obras em andamento eram: “conservação e melhoramentos dos campos de pouso existentes no Vale; conclusão dos estudos da usina elétrica do Fecho do Funil e prosseguimento dos da usina de Pandeiros; trabalhos de irrigação em Januária e ilhas do São Francisco, em Jatinã e Cabrobó; projeto de entreposto de pesca em Januária; hospitais regionais, alguns concluídos e outros em construção; centros e postos de saúde, em instalação; início da Escola Normal Rural de Penedo; conclusão do estudo para abastecimento d’água da cidade de Juazeiro; execução da profilaxia em larga escala no Vale; auxílio à Viação Bahiana do São Francisco; melhoramento e instalação de portos e estaleiros fluviais; limpeza e desobstrução de setores do rio São Francisco e de alguns de seus afluentes; trabalhos na barragem eclusada do braço do Sobradinho; levantamentos aerofotogramétricos e topohidrográficos do eixo do rio São Francisco e parte de seus afluentes; e projetos para rodovias de interligação de importantes municípios da região e também do sistema rodoviário do estado do Sergipe”. CVSF, 1950, p. 24.

⁵ De acordo com Hirschmann, a influência de Novais na CVSF durou até 1960, quando se opôs à administração de Kubitschek que, em represália, demitiu o presidente da Comissão. (1963:68)

⁶ De acordo com o Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1946, e de acordo com a Lei n. 541, de 15 de dezembro de 1948.

⁷ Cf. www.codevasf.org.br. Última modificação 26/02/2010 10:43. Acesso em 24 de agosto de 2010.

Lei nº 6.088 a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, que “tem como objetivo promover o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos com ênfase na irrigação”. Por força da Lei Nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, a Codevasf teve sua área de atuação ampliada para a bacia do rio Parnaíba e, pela Lei Nº 12.196, para os vales dos rios Itapecuru e Mearim. Por último, elencamos os objetivos desenvolvimentistas dessa agência:

*Todas as iniciativas da Empresa visam à geração de emprego e renda, à redução dos fluxos migratórios e dos efeitos econômicos e sociais decorrentes de secas e inundações e, ainda, à preservação dos recursos naturais dessas bacias hidrográficas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes das regiões.*⁸

Da atuação da CVSF até a Codevasf tal desenvolvimento social, agora sob a roupagem de “sustentável”, parece ter sido sempre uma quimera, motivadora de planos políticos sucessivos e vultosas obras de infra-estrutura. Por ora, vejamos o plano inicial e a gestação do ideário desenvolvimentista e de planejamento. As obras foram orçadas e previstas para serem executadas de 1952 a 1956, numa primeira etapa, e previa-se que nos anos seguintes: “a energia elétrica abundante, a preço baixo, ocasionará, forçosamente, extraordinário surto no desenvolvimento agro-pecuário, na exploração dos minérios ocorrentes na região cujo conhecimento só agora se vem precisando” (DUTRA, 1949, p. 12). Constam do Plano vários anexos, como mapas, plantas e gráficos, além de mais 35 volumes que contêm os documentos: emendas, atos, discursos, debates, projetos e depoimentos que foram realizados na Constituinte de 1946 e, depois, na Câmara dos Deputados e Senado Federal. A Comissão que elaborou o Plano foi composta por uma equipe de intelectuais de diversas áreas, indicados pelos partidos políticos, sobretudo PSD – Partido Social Democrático, sendo presidida pelo engenheiro Paulo Peltier de Queiroz, já mencionado. Era formada por comissões internas, pela Diretoria de Planos e Obras, dirigida pelo engenheiro Lucas Lopes⁹, e pela Diretoria de Produção e Assistência, dirigida pelo agrônomo Oscar Espínola Guedes, do Ministério da Agricultura.

Na Mensagem Presidencial n. 548 ao Congresso Nacional, que apresentava o Plano da CVSF, o então presidente Eurico Gaspar Dutra fez um histórico da Comissão e das tarefas anteriormente realizadas, no que se refere a estudos de cientistas e viajantes sobre o Vale. E afirmou: “dos acertos e até mesmo dos erros de todos êles [sic], valeram-se aqueles a quem foi confiada a missão, sobretudo honrosa, de intentar o primeiro esforço [sic] brasileiro de planejamento regional.” (DUTRA, 1950, p. 02) Segundo o presidente, o Plano SALTE (elaborado em 1948 por técnicos do DASP – Departamento de Administração do Serviço Público) teria sido a outra iniciativa no sentido do planejamento, evitando-se a

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ Lopes foi o agente do PSD na defesa e conquista de alguns interesses políticos mineiros na CVSF, dentre eles, a construção da barragem e hidrelétrica de Três Marias. Segundo ele, a vaga da Diretoria de Obras da CVSF estava sendo disputada entre o PSD e a UDN-União Democrática Nacional e ele acabou sendo o indicado, atuando de 1949 a 1951. Naquela época era professor de geografia econômica, já conhecido como engenheiro. Deixou Belo Horizonte e foi para o Rio de Janeiro. Também na mesma época trabalhava na CBE – Companhia Brasileira de Energia (1940-1950), empresa filiada a uma companhia de construção civil e que formou uma equipe para atender a projetos específicos. Foram contratados pelo governo de Minas para preparar o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, de onde sairia a proposta de criação da CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais, em que foi o primeiro diretor. Muito provavelmente, esses trabalhos, sobretudo o na CVSF, foi a ponta de lança para os que se seguiram, na Comissão Mista Brasil-EUA e no próprio governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Cf. LOPES, 1991, *passim*. Sobre a trajetória desse intelectual orgânico, ver: ARAÚJO, 2010.

improvisação, lutando contra a descontinuidade e disciplinando a atividade administrativa do governo federal, visando a melhoria de transportes, saúde, alimentação e energia para um prazo de cinco anos (Idem, Ibidem). Portanto, a CVSF e o Plano Salte eram colocados no mesmo patamar de importância pelo então presidente. No contexto da Guerra Fria, do anti-comunismo e da constante disputa com setores ultra-liberais – conforme análise anterior de Aquino –, todo e qualquer arroubo planejador teria que ser exaustivamente justificado, ainda que o ideário intervencionista keynesiano, propiciador do *welfare state* estivesse então em voga, sobretudo no pós-guerra.¹⁰ Nos argumentos utilizados por Dutra a favor do planejamento destacam-se termos como: “evitar os males da dispersão”, “contra as seduções do imediatismo”, “eliminar propósito parasitário ou marginal”. E, assim, argumentava:

ao contrário de idéias muito difundidas e que encontram adeptos, neste país e no estrangeiro, não entendeu o meu governo que só se pode planejar contra a democracia. Não existe, realmente, qualquer oposição entre a idéia de planejamento e a de uma sociedade democrática. [...] (Id.:02)

Esse trecho era, aparentemente, também dirigido a públicos internos, quais sejam, setores de classes dominantes que eram radicalmente contrários ao planejamento, como já haviam demonstrado na edição do SALTE. Segundo Sonia Draibe, o SALTE, ainda que modesto em seus objetivos, que “não previam ultrapassar o nível de atendimento das carências mais dramáticas de infra-estrutura econômica” (DRAIBE, 1985:156), capitalizou descontentamentos: “setores liberais conservadores e segmentos da burguesia exportadora cafeeira investiram contra a prática do planejamento e os próprios conteúdos do Plano, considerado ‘dirigista’ e contrário aos anseios da lavoura” (Id.:157). Houve reações desde fazendeiros cafeeiros paulistas até o industrial Eugenio Gudín, que expressaria no artigo “Salte no abismo” a intenção desses setores alinhados no conservantismo liberal, recomendando o arquivamento do plano e cortes nas despesas públicas (Id., Ibid.).

Por outro lado, talvez endereçado a esse e a outros públicos, o presidente evidenciava, respondendo aos opositores, que a “ameaça” fazia-se presente, sendo o planejamento uma possível prevenção:

A recuperação do São Francisco corresponde a um dado atualíssimo da vida brasileira. Devemos, na ameaçadora conjuntura mundial em que vivemos, reforçar e apertar por todos os meios os liames da unidade nacional, quer no sentido espacial, quer no sentido social. A continuidade da ocupação territorial e de civilização, a ser estabelecida entre o Centro e o Nordeste do Brasil, representa hoje em dia elemento essencial dessa unidade e de nossa defesa. A costa brasileira desta última região, tal como sucedeu no passado, é uma fronteira viva do nosso país e já agora também do Continente Americano. Os estudos realizados para a elaboração deste [sic] Plano, e as conclusões tornadas possíveis, vieram dissipar algumas ilusões. Mesmo atendo-se, porém, à realidade, como o devemos sempre fazer, pode-se afirmar a possibilidade de criação, na região sanfranciscana, de um centro de civilização brasileira, capaz de estabelecer o nexo de unidade que almejamos forjar (DUTRA, 1950:05).

¹⁰ Embora tenha fortalecido e consolidado o capitalismo nos EUA, o *New Deal*, de Roosevelt, contou com forte oposição de industriais e setores políticos conservadores, que denunciavam a intervenção do Estado na economia como um processo de “socialização da vida nacional.”(SANDRONI, 1994:241)

Esse trecho é expressivo: a “recuperação” econômica do Vale é significada como meio de reforço e defesa da unidade nacional, integrando espaço e sociedade, permitindo a continuidade da “ocupação” e da “civilização”. Em termos mais gerais percebemos, de uma forma enfática, a atualização do binômio civilização *versus* barbárie, tão caro aos princípios positivistas do século XIX e que seguem como partes de “enxertos” de longa duração (BOSI, 2001). O rio São Francisco, considerado historicamente como “o rio da integração nacional”, não o era naturalmente. Seria preciso empreender esforços para sua recuperação, dentro dos parâmetros do planejamento, para que efetivamente cumprisse tal função de integração.

O ideário do planejamento incorporava os conceitos de “região” e de “domínio das águas”: navegação, proteção contra as enchentes, irrigação e geração de energia elétrica. Fez-se, na Introdução ao Plano, a pergunta sobre a razão da escolha da bacia do São Francisco como merecedora de tratamento especial pelos constituintes de 1946. Foram apontados os fatores geográficos, geopolíticos e humanos, considerados mais importantes:

(...) Por não possuir o caráter de rio de penetração da hinterlândia, porque desenvolve a maior parte de seu curso paralelamente ao litoral e porque teve a sua função carreadora interrompida bem próximo da embocadura, o São Francisco não assistiu ao desenrolar de uma ocupação humana contínua de suas margens; além de uma série de queda e desníveis, grandes trechos de terras semi-áridas interrompiam a penetração montante de gentes.

(...) Ao longo de mais de um milhar de quilômetros, as margens do grande rio permanecem quase vazias de população, sem o poder de fixação humana que os grandes vales têm apresentado em outras regiões do globo, sem atrativos para desbravamentos e imigrações (Id.:34/35).

Para incentivar a “ocupação” econômica do Vale, o Plano encaminhava a suposta solução da “regularização do regime fluvial” do rio São Francisco, agregando outras questões relativas ao domínio das águas, como a navegação, construção de hidrelétricas e irrigação. A água tornava-se, portanto, elemento vital e organizador de toda uma estratégia de planejamento econômico de uma grande área. Com tais ações pretendia-se catalisar e ativar “um processo natural de fixação humana, em contraposição à tendência de um centrifugismo migratório que se verifica no Vale” (Id.: 40).

Segundo Wilson Cano, no Brasil o chamado regionalismo assumiu novo aspecto em fins da década de 1950 motivado, em parte, pelas crises advindas das secas no Nordeste (1951, 1952 e 1958), que ampliaram as migrações para os estados do Sul. Portanto, o Vale do São Francisco foi identificado como região-problema (CANO, 2002:127). Por outro lado, segundo Ricardo Bielschowsky (1996:11-112), o economista Roberto Campos defendia, desde 1952, a filosofia do “planejamento seccional”, que significava planejar o desenvolvimento de determinados setores da economia, considerados prioritários por seu poder intrínseco de geração de crescimento e de “pontos de germinação”, que fomentou, por exemplo, os estudos da CMBEU – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e a concepção do Plano de Metas do governo JK (1956-1961). Tal concepção, considerada mais exequível para as imensas dimensões e distorções do país, colocava-se em disputa com os pressupostos do “planejamento integral”, apregoado pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina –, também defendida por Celso Furtado e por intelectuais da esquerda no início dos anos 1950.¹¹ No embate entre uma concepção mais localista e outra

¹¹ Segundo Bielschowsky: “o estudo de Furtado foi, no debate intelectual e ideológico dos anos 50 em torno das questões da presença do Estado na economia, um valioso instrumento de fortalecimento da corrente desenvolvimentista nacionalista, porque teve a função de transformar a retórica cepalina de planejamento em um primeiro documento brasileiro de subsídio à prática do planejamento que o órgão

mais generalista, certamente distintos interesses econômicos e sociais fizeram-se representar ou, ainda mais globalmente, a própria concepção de nação estava sendo disputada, em gradações diversas de qual “reforma” realizar.

Para Lucas Lopes, em trabalho publicado em 1955, relevante para esclarecer alguns fundamentos teóricos da CVSF, além do que já se encontra nos documentos parlamentares, tais projetos para o Vale do São Francisco eram inspirados no ideário norte-americano de “pioneer fringe” (BOWMAN, 1931. Apud: LOPES, 1955:32.), situação em que há intervenções diante da estagnação de algumas frentes de deslocamento em detrimento de outras, o que parece se coadunar com a concepção de Roberto Campos. Tal estagnação somente cessa quando encontra um progresso técnico ou evolução cultural que lhe permita ter um bom aproveitamento econômico. Essa idéia constituiu-se no fundamento da proposta de utilização de recursos energéticos, minerais e agrícolas para que houvesse o “soerguimento social de uma população forte que vive e luta desamparada, nas barrancas do grande rio” (LOPES, 1955:33). Para isso, Lopes analisou e rendeu tributos aos projetos norte-americanos de intervenção no Vale do Tennessee, executado pela TVA –Tennessee Valley Authority–, sua grande inspiração e, também, a de muitos outros engenheiros e parlamentares na época. E o engenheiro também se utilizou de outros parâmetros como “planos de recuperação de regiões retardadas” (Id.:93-103), citando empreendimentos na China, Índia, México e Pérsia (atualmente Iraque).

Ao fim e ao cabo, o que Lucas Lopes enfatizava é que, na perspectiva do desenvolvimento de áreas atrasadas, empregar-se-iam técnicas oriundas da iniciativa privada para que, então, houvesse o sucesso do empreendimento em áreas de fronteiras: “derivam das idéias de Frederic Taylor, e dos precursores da racionalização do trabalho, os métodos de planejamento que se criaram no quadro da iniciativa privada” (Id.73). Percebe-se, portanto, que eram ideais que estavam sendo fortalecidos à medida que se transformavam em práticas de planejamento tanto no aspecto empresarial (desde as primeiras tentativas de Simonsen) quanto na elaboração de políticas públicas voltadas para um suposto desenvolvimento regional.

Concluindo – “Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho”¹²

preconizava” (BIELSCHOWSKY 1996, p. 153).

¹² Dom Luiz Cappio, em sua declaração de greve de fome, reivindicando revogação e arquivamento do projeto de transposição do rio São Francisco – em Barra, Bahia, domingo de Páscoa de 2005. Disponível em: [HTTP://www.ecolnews.com.br/sao-francisco.htm](http://www.ecolnews.com.br/sao-francisco.htm). Acesso em 23 de fevereiro de 2011.

A novidade trazida pela experiência da CVSF – Comissão do Vale do São Francisco, a partir dos anos 1950, foi a racionalização e planejamento das intervenções estatais aplicadas a uma bacia hidrográfica, abrangendo áreas urbanas e rurais, de grandes e esparsas densidades demográficas. Ampliava-se o escopo de influência desse pensamento/ação. Os recursos naturais passaram a ser englobados no conjunto dos mecanismos de desenvolvimento urbano e industrial, dentro de uma visão instrumental e pragmática de ações do presente que desencadeariam o promissor futuro industrial, sob a força da ciência. Nesse ponto observa-se, tal como analisa Alfredo Bosi, mencionado anteriormente, que há “um enxerto ideológico de longa duração”, trazendo ideias oriundas do século XIX e que atravessam o século XX (ousaria dizer o mesmo para o século XXI); uma delas seria o positivismo:

a firmeza com que o enxerto positivista vingou na mente dos nossos homens de Estado provou-se pela sua capacidade de receber e adaptar a si tendências modernas poderosas como o reformismo social de esquerda e o autoritarismo de direita. Quando Getúlio Vargas pediu a Lindolfo Collor que constituísse uma comissão de consultores do novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o líder castilhistas gaúcho não hesitou em convocar militantes socialistas, industriais, avançados e cultores do nacionalismo centralizador. Evaristo de Moraes sentou-se então ao lado de Jorge Street e de Oliveira Viana, e todos, sob a batuta de uma ideologia estatizante, que se dizia “acima das classes”, elaboraram o nosso Direito Social, ao mesmo tempo progressista e autoritário, moderno e conservador; numa palavra: positivista. (BOSI, 2001:304-305)

O lema de Augusto Comte “prever para prover”, constitui-se a base do Estado brasileiro pós-30, segundo a análise de Bosi. Todavia, pedindo licença ao autor, julgo ser necessário estender o escopo dessa análise e perceber que tal ideologia também *enxertou-se* em novas hegemonias, transformando-se em senso comum – gramscianamente falando – e atingindo a própria estrutura de pensamento que acabou se conformando no desenvolvimentismo oriundo do pós-guerra – como tratado no início deste trabalho – e, por muitos, considerado uma grande “novidade”. Complementando com o próprio Bosi, em sua conclusão ao referido artigo:

(...) Se dissermos ao fantasma de Augusto Comte que os mortos devem ser sepultados e esquecidos, ele provavelmente nos responderá que, ao contrário, os fatos positivos ensinam que “os mortos governam os vivos”: e nos advertirá que, por medida prudencial, é de bom alvitre ainda “conservar melhorando...” O conselho, vertido para “a mísera contingência dos povos contemporâneos” a que se referia o solerte homem público de 30, significa hoje: democratizar o Estado e elevar ao mais alto grau possível a consciência da cidadania. Este é o ideal republicano. A alternativa anárquica certamente estaria fora das cogitações do mestre. (BOSI, 2001: 306-307)

Talvez esse conceito de “enxerto” seja bem adequado aos sucessivos projetos construídos, respondendo a novas conjunturas nacionais e internacionais, sempre seguidos do epíteto de “novo” e sempre calcados no ideal de “progresso”. O “problema” do Vale do São Francisco reapareceu na ordem do dia, com a execução da “Transposição do São Francisco”, levando águas do rio para outras bacias hidrográficas de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, projeto bilionário, numa escala muito mais ampliada de interesses e alocação de capitais econômicos e políticos do que fora nos anos 1950. Tal obra despertou muitos protestos sociais, dentre eles, a greve de fome (2005) do bispo da diocese de Barra-BA, D.

Luis Flavio Cappio. Ainda que dramática, essa greve de fome não foi suficiente para retirar essa obra do grande PAC – Programa de Aceleração de Crescimento do governo Lula da Silva, carro-chefe da eleição da nova presidente, Dilma Roussef (2010). O discurso de desenvolvimento em torno da “seca” ou das potencialidades dos rios e de suas águas traz, em sua prática correlata, a recriação ou invenção de novas fronteiras de expansão do capital. Da mesma forma, a construção de várias hidrelétricas, como Jirau (no rio Madeira-RO) e aquela que será a 3ª maior hidrelétrica do mundo – Belo Monte (Volta grande do rio Xingu-PA)–, também em execução, apesar dos protestos, ações judiciais e efeitos sociais e ambientais comprovadamente nocivos pode ser lida como esta contínua realimentação das necessidades de expansão do capital, que se veste com as cores do discurso do desenvolvimento ou, para usar um termo corrente, do crescimento econômico sustentável.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ARAÚJO, Fernanda da Costa M. “*Da solidariedade econômica ao ativismo político*”: o caso Lucas Lopes. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. O elogio da diversidade brasileira. In: BENJAMIN, César et alii. *Visões da Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto: 1998, p. 161-181.

AQUINO, Arthur de. Industriais em elaboração intelectual: o I Congresso Brasileiro de Economia e um retorno à “controvérsia” do planejamento. São Paulo. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 22, ago. 2010, p. 150-190. Disponível em: <http://repeh01.googlepages.com>

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOSI, Alfredo Bosi. A arqueologia do Estado providência. Sobre um enxerto de idéias de longa duração. In: *Dialética da colonização*. 4ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2002.

DÓRIA, Carlos A. O Nordeste: “problema nacional” para a esquerda. In: MORAES, J.Q., DEL ROIO, M. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. V. 4. Visões do Brasil. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2000, p249-268.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses*. Estado e industrialização no Brasil, 1930-60. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ESPÍNDOLA, Haruf., OOSTERBEEK, Luiz. Os desafios da gestão integrada do território. *Área Domeniu*, Governador Valadares-MG, Ed. UNIVALE, V. 3, p. 19-36, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-ed., Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.

HIRSCHMANN, Albert. *Projetos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. *Política Econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

MAZA, Fabio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: FESP/CIESP/IRS, 2004.

MENDONÇA, Sonia R. de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007.

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. 6ª Ed. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1994.

FONTES

BIONDI, Antonio, HASHIZUME, Maurício. Brasil sedento. Briga de foice pelo velho Chico. *Carta Capital*, São Paulo, 08 de dezembro de 2004, p. 12-18.

DUTRA, Eurico G. Excertos da Mensagem de 1949. Aproveitamento das possibilidades do São Francisco. In: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Plano Geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

DUTRA, Eurico G. Mensagem de 1948. Sentido do aproveitamento do São Francisco. In: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Plano Geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

DUTRA, Eurico G. Mensagem n. 548, em 15 de dezembro de 1950. In: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Plano Geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento* – depoimento. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

_____. *O Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, 1955.